

KARDEX	(X)
MC	()
PP	()
DOC. GERAL	()

Aconteceu

Lutzenberger e o presidente do Ibama são demitidos Goldemberg é o novo secretário

Alfoni Silva/AE



Para "unificar pensamento e ação do governo na área de proteção ao meio ambiente" o presidente Collor demitiu o secretário nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger (ao lado), e o presidente do Ibama, Eduardo Martins. A decisão foi tomada em reunião da cúpula do Palácio do Planalto, dia 21 de abril, e o plano foi traçado pelo secretário-geral da Presidência da República, Marcos Coimbra, pelo chefe do Gabinete Militar, general Agenor Homem de Carvalho, e pelo secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos. O ministro da Educação (abaixo) assume interinamente. (continua na página 4)

Ticuna

O massacre do Capacete continua impune
(página 10)

Desabamento

Barraginha: como se tomam decisões políticas no país
(página 2)

Apartheid

Branços da África do Sul votam pela continuidade das reformas
(página 16)



José Varela/AE

Desmoronamento tem origem política e era previsível

A lama negra que soterrou a favela mineira de Barraginha é apenas a superfície de um profundo "mar de lama"

Na segunda quinzena deste mês, ocorreu outro episódio da série de catástrofes que atingem os moradores de favelas. Dessa vez foi o desmoronamento em Vila Barraginha, Contagem, cidade industrial da Grande Belo Horizonte (MG). Calcula-se que milhares de toneladas de terra (lama negra: argila e composto orgânico) desabaram, soterrando 300 pessoas. São cerca de mil desabrigados, o número de mortos já chega a 32 e ainda não foram encontrados todos os corpos. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas apontou indícios de que um aterro clandestino estava sendo feito junto à favela pela construtora M. Martins, que nega que estivesse realizando obras no local. Mas a Defesa Civil de Contagem esteve vistoriando a área, em 25 de fevereiro, a pedido dos moradores, que alertaram que a M. Martins estava fazendo um aterro. A prefeitura acusa a responsabilidade da construtora.

Omissão - A favela já havia sofrido soterramento no início dos anos 70, quando foram destruídos vários barracos e quatro pessoas morreram. Embora não tenham ainda sido concluídas as investigações para apurar responsabilidades no caso atual, não é sem propósito supor que tenha havido omissão do poder municipal.

Barraginha ilustra a trajetória de nossos processos de crescimento industrial e urbano, cujos centros são sempre cercados de cinturões de miséria. Durante a construção da

Vila Industrial de Contagem, nos anos 40, o local - um brejo - passou a receber aterro e lixo de obras, sobre os quais começou a construção de habitações.

Em escala nacional - Essas condições precárias de existência ameaçam muitas vidas em diversos e importantes pontos do país e, se a ação localizada das prefeituras poderia ser mais atenta, é sem dúvida incapaz de alterar substancialmente a situação. A prefeitura de Belo Horizonte, por exemplo, afirma não poder fazer muito quanto às áreas de risco e sabe que novos deslizamentos podem ocorrer. Para ela, o ideal seria transferir os cem mil moradores de 60 favelas para locais adequados, mas isso exige recursos inexistentes no âmbito municipal. Cerca de 12 mil desabamentos de barracos, inundações e acidentes semelhantes ocorreram nos últimos oito anos no conjunto de 180 favelas de Belo Horizonte, todos com vítimas.

Em 1989, 55 pessoas morreram no desmoronamento da favela Nova República, em São Paulo. Pelos dados de 1987, das 1.592 favelas (800 mil moradores) desse município, 400 estão em áreas de risco. Quando ocorreu o último grande deslizamento de encostas em Salvador, em 1989, com 40 mortos, a prefeitura removeu 2,5 mil famílias. Hoje essa área está novamente ocupada. Problemas semelhantes existem no Recife, onde 59% dos seus 1,3 milhão de habitantes vivem em 610 favelas construídas nas

encostas ou zonas alagadas. O mesmo ocorre em outros lugares, como o Rio, onde já foram mapeados 400 pontos de risco, dos quais 30% são habitados.

As eventuais omissões criminosas das prefeituras não devem ser confundidas com a sua enorme impotência. As dimensões do problema, num país com um déficit habitacional estimado em 10 milhões de moradias, requerem urgentes e audaciosos investimentos do governo federal em obras de infraestrutura.

Além desses recursos serem transferidos "a conta-gotas", são seletivamente distribuídos segundo a influência de grupos políticos. Metade da verba (Cr\$ 226,13 bilhões) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para saneamento básico no estado de São Paulo, no ano passado, foi destinada a apenas cinco municípios do interior. Prefeitos apontam entre os padrinhos na liberação de verbas, por exemplo, Leopoldo Collor, Euclydes Mello, respectivamente primo e irmão do presidente da República, e o general Agenor Homem de Carvalho, chefe do Gabinete Militar.

Citar apenas esses fatos já é suficiente para não se enxergar o acidente de Barraginha como uma fatalidade do destino, mas como resultado horrendo da trágica maneira como no Brasil se tomam decisões políticas. (*O Estado de S. Paulo*; *Folha de S. Paulo*; *CEDI*, 21-23/3/92)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor: Carlos A. Ricardo ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular - Política), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Paulo Tomsic (Economia - Internacional), Magali do N. Cunha (Igrejas), Antonio Luigi Negro (Trabalhadores Urbanos), Luis Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Edição eletrônica:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ

☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou

Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Margem de lucro de montadoras aumentou 140% em cinco anos

As fábricas de automóveis aumentaram em 140% a sua margem de lucro bruto nos últimos cinco anos. Esse é o ponto central de um documento de 40 páginas que será entregue pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Na próxima semana o documento - preparado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese) - será discutido no seminário sobre indústria automobilística, em Brasília.

Segundo o presidente do Sindicato, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, o documento contém 16 propostas de curto prazo e ou-

tras sete de longo prazo. O economista Jefferson Conceição, coordenador do Dieese em São Bernardo e um dos autores do documento, diz que as montadoras conseguiram formidável aumento de rentabilidade mudando o mix da produção, reduzindo a fabricação de carros baratos e privilegiando modelos luxuosos e sofisticados.

Para aumentar sua margem de ganho de 10,5% (em 1986), para 25,2% (em 1991) as montadoras adotaram uma feroz política de reajustes, além de reduzirem a produção. A indústria chegou a produzir 1,1 milhão de automóveis em 1980, contra pouco mais de 960 mil no ano passado. No

mesmo período, o número de empregos no setor baixou de 133.600 para 109 mil.

O achatamento salarial também permitiu às montadoras aumentarem seus ganhos. Em 1980 a mão-de-obra respondia por 6,4% do preço total de um veículo. Hoje os salários não representam mais que 2,8% do preço final de um carro.

Entre as principais sugestões dos sindicalistas para solucionar a crise no setor, estão a imediata redução dos preços, com reajustes abaixo da inflação, e o fim da política de juros altos. (*O Globo*, 19/3/92)

Leia mais sobre o assunto na pág. 12

Taxa de desemprego de 13,1% é recorde em São Paulo

O número de pessoas desempregadas na grande São Paulo chegou a 980 mil em fevereiro, o que representa 13,1% da população economicamente ativa da região, conforme pesquisa divulgada no dia 23 pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Dieese. É a maior taxa de desemprego em fevereiro, tradicionalmente um mês de aumento de demissões, desde 1985, quando a pesquisa foi iniciada.

O número de pessoas que perdeu o emprego em fevereiro, 186 mil, é também o maior registrado pela pesquisa em um único mês.

No grupo formado pelos assalariados, a maior redução, de 4,8%, ficou com os trabalhadores sem carteira assinada. A taxa de desemprego entre os autônomos chegou a 6%. Isso demonstra que, pela primeira vez, houve uma mudança no movimento de absorção dos desempregados pela chamada economia informal. "Nem essas válvulas de absorção funcionaram em fevereiro, sem dúvida um dos meses mais negros que já tivemos", diz Sérgio Mendonça, diretor técnico do Dieese.

Esse quadro não deverá mudar tão cedo, conforme estimativas dos

pesquisadores do Seade/Dieese. A expectativa para março não é animadora. "Não se espera nenhuma melhora, ao contrário, tudo caminha para uma situação insustentável, com enorme contingente de pessoas desempregadas".

Mesmo que a economia volte a se recuperar, afirma Sérgio Mendonça, será necessário muito tempo para absorver tanto os desempregados de agora, quanto as pessoas que começam a ingressar na faixa da população economicamente ativa. (*O Estado de S.Paulo*, 24/3/92)

Salário mínimo paga 13,9% em impostos

Pesquisa realizada pela Arthur Andersen Consultores, divulgada pela Agência Estado, revelou que os impostos indiretos sobre os itens alimentação e vestuário consomem 13,95% do salário mínimo. O trabalhador que ganha Cr\$ 96 mil, contribui indiretamente com Cr\$ 13.395,47 mensais para o governo, caso suas despesas com alimentação representem 50% do salário e as com vestuário 30%.

Já quem ganha Cr\$ 3 milhões, gastando 20% em alimentação e 20% com vestuário, paga mensalmente, em impostos indiretos, 16,81% da sua renda. João Marcelo

Dantas, consultor tributário da Arthur Andersen, diz que a margem de impostos indiretos sobre o salário mínimo é próxima das faixas salariais mais altas porque quem ganha Cr\$ 96 mil é forçado a gastar, em média, 50% com alimentação, item sobre o qual a incidência de impostos indiretos é da ordem de 17,44%, percentual igual ao que recai sobre o vestuário. Dantas explicou que a pesquisa considera indiretos o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o PIS e o Finsocial. (*O Estado de S.Paulo*, 18/3/92)

Lançamento

Mercosul Integração ou dominação

Essa é a reflexão que Paulo Schilling faz no seu mais recente livro publicado pelo Projeto Especial Dívida Externa do CEDI - Centro de Documentação e Informação. A obra presta uma importante contribuição ao debate que se trava sobre o tema da integração regional.

Adquira seu exemplar, encaminhando cheque nominal ao CEDI no valor de Cr\$ 20.000,00 a/c do Setor de Distribuição.

O contexto da queda de Lutzenberger

Por iniciativa de Coimbra tinha sido criada, no dia 19 de abril, uma comissão de sindicância para apurar irregularidades no Ibama, na prática um comitê de intervenção do Planalto no Instituto e na própria Secretaria do Meio Ambiente. No entanto, isso não foi considerado suficiente para abafar as críticas feitas por Lutzenberger ao governo federal.

Lutzenberger vinha insinuando, há um mês, que havia irregularidades no Ibama. No início de fevereiro, ele afirmou que o Instituto estava funcionando como "uma sucursal das madeireiras". Durante a reunião do Prepcom, em Nova Iorque, declarou que havia corruptos no Ibama e também afirmou que os países ricos, se destinassem grandes somas para o Brasil, corriam o risco de ver estes recursos irem parar nas mãos da corrupção.

O aumento da devastação na Amazônia - Na verdade, a exoneração do secretário começou a ser decidida às vésperas da chegada do príncipe Philip à Brasília (19/4) quando o presidente Collor tomou conhecimento do relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre o desmatamento da Amazônia. Ao contrário do que o ex-secretário vinha apregoando internacionalmente - que as taxas de derrubada da floresta não ultrapassariam 9.000 km² em 91 - as imagens de satélite demonstram que a devastação foi superior aos 14.000 km² registrados em 90 e aos quase 18.000 km² de 89 e apenas inferior aos 205.000 km² destruídos em 87.

Lutzenberger teria cometido um erro imperdoável: medir a escalada do deflorestamento pela quantidade de solicitações de desmatamento encaminhadas ao Ibama, ór-

gão que acusou de corrupção. "Algo equivalente a contar o número de vezes que homicidas se dirigiram à polícia pedindo autorização para matar", resume o pesquisador Philip Fearnside, do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Embora as declarações de Lutzenberger sobre a corrupção no Ibama e a sua oposição à concessão de empréstimos e financiamentos internacionais ao governo brasileiro tenham pesado na decisão final de Collor, a questão do desmatamento foi decisiva. O levantamento do Inpe coincide com as previsões do pesquisador C. J. Tucker, do Goddard Space Flight Center da Nasa, que vinha sustentando que os impactos do desmatamento atingem áreas entre 10% e 50% maiores do vinha sendo divulgado. (*Jornal do Brasil*, 22 e 23/3/92; Randau Marques/*Jornal da Tarde*, 23/3/92)

Goldemberg é o novo secretário

O ministro da Educação, José Goldemberg, assume interinamente a Secretaria Nacional do Meio Ambiente até a realização da Rio-92 e nomeia Maria Tereza Pádua para a direção do Ibama. Maria Tereza é presidenta de uma organização não-governamental de proteção ao meio ambiente, a Funatura, e é muito próxima de Goldemberg com quem trabalhou na Cesp como gerente ambiental.

Goldemberg deverá colocar um ponto final em uma grande divergência com Lutzenberger que era

contrário aos grandes projetos de reflorestamento. O atual secretário defende o Projeto Floresta e Ambiente - Floram, um plano de combate ao efeito estufa que prevê o reflorestamento de 20 milhões de hectares, ou seja, 2,4% do território nacional, para absorver 5% do excesso de gás carbônico existente na atmosfera do planeta, nos próximos 30 anos.

Defensor da cobrança de US\$ 1 por barril de petróleo consumido no mundo, Goldemberg vê nessa taxa a maneira de obter os US\$ 22 bi-

lhões necessários à implantação do projeto que ele ajudou a elaborar no Instituto de Estudos Avançados da USP.

Para o secretário a demissão de Lutzenberger não prejudicará a imagem do Brasil na Rio-92. Declarou, ainda, que "gostaria de chegar à Conferência com planos claramente delineados e trabalhos em andamento, em relação ao zoneamento ecológico e econômico da Amazônia". (*Jornal do Brasil*, 24/3/92; *Jornal da Tarde*, 23/3/92)

Repúdio à proposta de Lei Ambiental

O anteprojeto de Consolidação das Leis Federais de Meio Ambiente mereceu o repúdio da audiência pública promovida pela Coordenação das Curadorias do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo e de uma centena de entidades ambientalistas, científicas e empresariais reunidas dia 11/3. O procurador Édis Milare, coordenador das Curadorias Ambientais do Ministério Público paulista afirmou que "o Ibama, um dos principais responsáveis pelo abandono em que se encontra o meio ambiente e a qualidade de vida da população, é agraciado com mais de 100 citações e recebe nada menos que 116 novas incumbências e

é atado à condição de maior repartição burocrática mundial, atropeçando a autonomia dos estados e municípios".

Milare encaminhará uma moção de repúdio à Secretaria Nacional de Meio Ambiente, proposta e aprovada pelo plenário, que define como inaceitável que esse anteprojeto tenha sido divulgado às vésperas do Carnaval e que a sociedade civil tenha apenas uma quinzena para aperfeiçoá-lo antes de seu envio ao Congresso Nacional em regime de urgência.

"À medida em que revoga as 29 leis e decretos-leis federais editados nos últimos 35 anos pelos legis-

ladores ambientais, deixa o país inteiramente ao desamparo", define o coordenador. Algumas provas disso: "a nova lei legaliza inclusive a caça profissional, mas nos obrigará a prender criadores de peixe em aquário" (capitão Mielle, representante da polícia florestal paulista); "favorece os grupos empresariais de pesca industrial mas converte em criminosos os 400 mil chefes de famílias que se dedicam à pesca artesanal, além de impedir que estas e demais populações tradicionais continuem praticando a caça de subsistência de que dependem para sobreviver" (deputado estadual Ricardo Trípoli). (Randau Marques/*Jornal da Tarde*, 12/3/92)

Governo pode perder recursos para o meio ambiente

O governo está ameaçado de ter suspenso o empréstimo de US\$ 117 milhões do Banco Mundial para o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e adiado os US\$ 250 milhões do G-7 para o Programa Piloto das Florestas Tropicais.

Se depender dos técnicos de diversos escalões do Banco Mundial, isso vai acontecer caso o governo brasileiro não utilize por três meses consecutivos o dinheiro que está a sua disposição para o PNMA. De janeiro a setembro de 1991, nenhuma utilização da verba foi feita. De

setembro até agora somente pequenas quantias foram usadas.

O PNMA inclui investimentos em projetos ambientais na Amazônia, Serra do Mar e Pantanal. O Banco Mundial empresta dinheiro a governos desde que haja uma contrapartida dos países beneficiados (neste caso, de US\$ 49 milhões, a maior parte obtida junto ao governo alemão) e só desembolsa pagamentos depois que as despesas tenham sido efetivadas.

Em vários programas brasileiros, os desembolsos não se realiza-

ram. Os motivos seriam as inconsistências da política econômica, mera incompetência administrativa, conflitos e trapalhadas.

No caso do Programa, há um consenso no Banco Mundial de que as utilizações podem não acontecer nos próximos três meses porque o Ibama retirou a coordenação do programa do pessoal de fora da burocracia interna para colocá-lo sob o controle de sua diretoria de administração e finanças, que nunca lidou antes com empréstimos do Banco. (Folha de São Paulo, 3/3/92)

Rio-92

Prepcom não dará conta de negociar a pauta da Rio-92

Durante um mês (2/3 a 3/4) o Comitê Preparatório da Rio-92 estará reunido em Nova York para preparar os tratados e acordos que serão firmados na Conferência, mas delegados de diversos países admitem que, por causa das dificuldades encontradas, importantes pontos dos documentos em negociação somente serão decididos no Rio.

A reunião é a quarta e última rodada de uma série de encontros preparatórios. Divididos em três grandes grupos de trabalho, os delegados discutirão uma variedade de temas reunidos na Agenda 21. Estes incluem da preservação de florestas e dos mananciais ao uso racional dos oceanos, passando

pela desertificação, os produtos químicos e tóxicos e a transferência de capital e tecnologias limpas, dos países ricos aos países pobres.

Financiamento é o centro do impasse - O grau de dificuldades enfrentadas pelo comitê ficou demonstrado no impasse ocorrido nas discussões sobre o financiamento das ações que constarão da Agenda 21. Os países que compõem o grupo dos 77 em desenvolvimento (G-77) apresentaram uma proposta que prevê o aumento dos recursos destinados pelos países ricos ao Terceiro Mundo e a criação de um novo fundo para a distribuição do dinheiro. Num ostensivo contraste com a reação favorável da Comuni-

dade Européia, o representante dos EUA recusou a proposta alegando que a mesma representava "um endurecimento" das posições do G-77 e não quis negociá-la.

Também não houve qualquer progresso nas negociações de outros temas decisivos, como o repasse das novas tecnologias ambientais. O G-77 insiste na aprovação de mecanismos para facilitar seu acesso às novas tecnologias dos países ricos, enquanto a Comunidade Européia e os EUA querem a aplicação das normas atuais de proteção de patentes, com pagamentos pela cessão de tecnologias. (Gazeta Mercantil, 10/3/92; Jornal do Brasil, 5 e 9/3/92)

Fórum Global

ONGs cobram avanços e criticam o Banco Mundial

As delegações que participam do IV Prepcom receberam documentos de duas grandes organizações não-governamentais (ONGs) cobrando avanços nas negociações em andamento e apontando caminhos. O World Wildlife Fund (WWF) assinala a necessidade de mudança nas regras do comércio internacional e o Greenpeace não quer o Banco Mundial administrando os recursos alocados para o financiamento de programas que serão aprovados na Rio-92.

O documento do WWF, intitulado "Sul-Norte, Termos de Comércio, Proteção do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado" sugere a criação de novos mecanismos multilaterais para integrar as

políticas tarifárias com a proteção do meio ambiente. Segundo os especialistas da organização os preços dos produtos agrícolas caíram 50% nos últimos dez anos, afetando duramente a economia dos países em desenvolvimento. Defendem a reordenação dos preços dos produtos agrícolas e a posterior alocação dos recursos gerados pela elevação dos preços em projetos que respeitem o meio ambiente nos países em desenvolvimento.

Para os ativistas do Greenpeace, os recursos destinados pelos diferentes países, para cumprir a Agenda 21, não podem ser administrados pelo Banco Mundial que, segundo eles, tem um recorde desastroso de colocar o desenvolvimento na fren-

te da proteção ao meio ambiente e o lucro antes do bem estar dos seres humanos.

As regras mais liberais adotadas pelo Prepcom sobre a presença das ONGs nessa fase final dos trabalhos não satisfizeram, gerando reclamações dos quase mil delegados presentes quanto a falta de democratização das discussões.

Ao contrário das três sessões anteriores, dessa vez as ONGs podem participar das reuniões de negociações das delegações governamentais, mas sem direito a se pronunciarem. Elas se queixam de que a conquista foi anulada pelas fortes restrições à movimentação de seus delegados no prédio da ONU. (O Globo, 6/3/92; Jornal do Brasil, 7/3/92)

Política Agrícola

Governo anuncia novo pacote agrícola

O presidente Fernando Collor e o ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, anunciaram o novo pacote agrícola do governo no dia 12 de março, em Jaguarão (RS), onde abriram oficialmente a colheita da safra 1991/92. O programa inclui 26 medidas de apoio à comercialização da produção, recursos para a safra de inverno e a preparação da safra 1992/93.

Destinando Cr\$ 6 trilhões para financiar a comercialização da safra, o pacote pretende basicamente modernizar o sistema de comércio

de grãos. Com esse objetivo, o governo está até mesmo reeditando os subsídios ao setor rural. O apoio à comercialização foi a forma encontrada para preparar o terreno à futura redução da participação estatal no setor agrícola, pois, segundo o governo, se os produtores se capitalizarem neste ano, poderão aumentar o plantio na próxima safra sem que se tenha que repetir o atual esforço de alocação de recursos. (*O Estado de S. Paulo*, 12/3/92; *Gazeta Mercantil*, 13/3/92)

Principais itens do pacote

- A dívida dos agricultores, estimada em Cr\$ 6 trilhões, fica prorrogada por 180 dias.
- Foram liberados Cr\$ 300 bilhões para o início de comercialização da safra, em março e abril; Cr\$ 650 bilhões para o custeio da safra de inverno; e Cr\$ 300 bilhões serão reservados para o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas.
- Os juros do financiamento são de 9% mais taxa referencial para pequenos produtores; de 12,5% mais TR para médios e grandes produtores; e de 18% para os produtores de soja.
- As tarifas de energia elétrica para irrigação noturna (das 22h às 5h) serão reduzidas.
- A produção não comercializada poderá ir a leilão nas bolsas de mercadoria.
- Estão isentos do Finsocial e do PIS os rendimentos provenientes da comercialização da cesta básica.
- O governo autoriza a criação de bancos agrícolas privados.
- A comercialização da safra produzida e vendida na fronteira agrícola terá subsídios.
- O preço mínimo dos produtos e dívidas do agricultor serão corrigidos por iguais juros e prazos (hoje há descontos). (*Folha de S. Paulo*, 13 e 17/3/92; *O Globo*, 13/3/92)

Assentados reivindicam condições de escoamento da produção

Na véspera da visita do presidente Collor ao Rio Grande do Sul, para abertura da safra agrícola, um grupo de 200 colonos assentados no distrito de Tupy Silveira, em Bagé (RS), acampou no centro da cidade, em frente ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e da Prefeitura Municipal. Os colonos protestam pela falta de asfaltamento do trecho de estrada que liga o

distrito ao centro do município, para escoamento da produção de milho, arroz e feijão, e só sairão da cidade quando as máquinas do governo estadual começarem a asfaltar o acesso e torná-lo transitável.

No distrito de Tupy Silveira estão assentadas um total de 500 famílias de trabalhadores rurais. (*O Globo*, 12/3/92)

Sem-terras ocupam três áreas no RS

No dia 12 de março, cerca de 630 famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocuparam, no Rio Grande do Sul, a fazenda Palmas, em Pelotas, no Sul do estado; uma área de 350 hectares em Campo Real, a 293 quilômetros da capital; e outra área em Sarandi, a 326 quilômetros de Porto Alegre. Os sem-terra reivindicam Cr\$ 3 milhões por família, para que possam produzir.

Retaliação - O ministro da Agricultura mandou suspender o fornecimento de recursos e alimentos aos sem-terra gaúchos. O delegado do Ministério da Agricultura no estado revelou que o envio de mantimentos aos acampamentos dos sem-terra foi suspenso devido às ocupações, realizadas no dia da visita do presidente Collor à cidade de Jaguarão (RS). O Ministério da Agricultura já pediu à Justiça a reintegração de posse das áreas ocupadas, mas os sem-terra disseram que não sairão enquanto não for aberto um canal de negociação. (*O Estado de S. Paulo*, 13/3/92; *JB*, 17/3/92)

Em São Paulo, também no dia 12 de março, mais de mil trabalhadores rurais entregaram documento às lideranças dos partidos na Assembleia Legislativa do estado, exigindo reforma agrária nas terras devolutas do governo estadual. Eles denunciam a existência de 2 milhões de hectares de terras devolutas, administradas por latifundiários. (*O Estado de S. Paulo*, 13/3/92)

Romaria

A 15ª Romaria da Terra, cujo tema foi "Terra Cultivada, Caminho para a Vida", reuniu durante todo o dia 3 de março mais de dez mil trabalhadores rurais, no distrito de Ulha Negra, em Bagé (RS), contando com a participação de representantes do Uruguai, Paraguai e Argentina. Promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Diocese de Bagé, a romaria defendeu a reforma agrária. O pastor luterano Milton Schwantes, responsável pela celebração ecumênica, lembrou os 500 anos de resistência desde a descoberta da América e defendeu a necessidade da luta por mudanças que tragam reforma agrária, reforma urbana e melhores salários. (*O Globo*, 4/3/92)

Líder sindical é ameaçado de morte no Ceará

Antônio Clarindo, conhecido como Adauto Clarindo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Massapê (CE), vem recebendo ameaças de morte desde janeiro último, através de cartas e telefonemas anônimos. Clarindo participa das Comunidades Eclesiais de Base de Massapê, dirige a Comunidade de Pé da Serra das Contendas, representa o seu sindicato na Federação dos Trabalhadores na Agricul-

tura do Ceará (Fetraece), é secretário de política sindical do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT (DETR-CE/CUT) e vice-presidente do Partido dos Trabalhadores em Massapê.

A localidade de Pé da Serra das Contendas, como é conhecida a Fazenda Buqueirão das Contendas em Massapê, situa-se numa área que desde 1989 foi desapropriada para fins de reforma agrária. A desapropri-

ação foi fruto de muitos anos de luta por parte dos trabalhadores, que enfrentaram despejos, espancamentos, grilagem, envenenamento de sua água e outras formas de violência, além da oposição de empresários agropecuaristas da região, que chegaram a abrir processo judicial baseado em falsas afirmações contra Clarindo e outros três líderes sindicais da área. (CEDI, 23/3/92; Agen Fax, 21/2/92)

Rurais (e índios) realizam Jornadas Nacionais de Lutas

Buscando unificar as lutas dos trabalhadores rurais em todo o país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o Movimento de Mulheres

Agricultoras e a Pró-Central dos Movimentos Populares - com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - estabeleceram uma pauta de jornadas comuns - convocando todos os trabalhadores rurais a delas participarem.

A pauta das jornadas compreende os seguintes temas: terra para plantar, terra para morar; crédito

rural subsidiado; salário digno; previdência e saúde; demarcação das terras e autonomia dos povos indígenas; garantia dos direitos dos atingidos por barragens. (CEDI, 23/3/92)

□ Agenda das jornadas -

- 1ª - 17 de abril a 01 de maio
- 2ª - 18 a 26 de maio: caravana a Brasília
- 3ª - 20 a 25 de julho

Barragens

Atingidos e Eletrosul acertam cronograma da Barragem de Itá

As lideranças dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itá e os diretores da Eletrosul reuniram-se nos dias 17 e 18 de março, em Concórdia e Mariano Moro (SC), para tratar do cronograma das questões sociais da obra, chegando a um acordo não sem impasses e tensões.

Na primeira reunião não houve entendimento entre as partes devido aos recursos orçados pela empresa serem muito baixos e não atenderem as reivindicações dos atingidos. Segundo Hélio Mecca, da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (Crab), o orçamento da Eletrosul estipulava 4,9 milhões de dólares para as indenizações das propriedades, o que só

contemplaria 204 das 2.000 propriedades que devem ser indenizadas. Quanto às 1.000 famílias que esperam pelo assentamento, a Eletrosul orçou a quantia de US\$ 2 milhões, suficiente apenas para relocalizar 48 famílias neste ano. A proposta dos atingidos era de que a Eletrosul investisse US\$ 8,3 milhões nas indenizações e US\$ 4 milhões nos reassentamentos.

No segundo dia de negociações, do qual participaram mais de 300 lideranças de trabalhadores, autoridades dos municípios atingidos, diretores da empresa e representantes da Crab, os atingidos obtiveram:

- Para 92 a Eletrosul liberará US\$

8,3 milhões, isto é, Cr\$ 14 bilhões destinados à aquisição de 508 propriedades ou 4.065 hectares de terra, sendo que Cr\$ 14 milhões serão liberados em março.

- Quanto aos reassentamentos, a Eletrosul investirá US\$ 3,5 milhões na aquisição de mais uma área de terra e dará prosseguimento à construção de benfeitorias de 48 famílias que logo serão realocadas, sendo que em 10/4 será liberada a primeira parcela desses recursos.

Ao fim das negociações, os atingidos afirmaram que estarão sempre fiscalizando o cumprimento desse acordo. (Crab; CEDI, 23/3/92)

Lançamento vídeos

"*Terra sim, barragens não*": documentário do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, que resultou na articulação do Movimento de Atingidos por Barragens - MAB. O vídeo, produzido pelo CEDI e pelo MAB, recupera os principais debates ocorridos no evento e retrata as diferentes situações dos

movimentos regionais e a constituição do movimento nacional. Preço: Cr\$ 25.000,00

"*Os rurais da CUT, memórias e imagens*" tem como tema central o 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. Produzido pelo DNTR/CUT e pelo CEDI, resgata as memórias das lutas dos trabalhadores nas últimas décadas e

apresenta as imagens do processo de modernização conservadora que os segmentou. Com o objetivo de provocar discussão, apresenta também os desafios que se colocam para a construção de um sindicalismo representativo e atuante. Preço: Cr\$ 35.000,00

■ Pedidos ao Setor de Distribuição do CEDI. Telefone: (011) 825-5544 - (021) 224-6713.

Católicos preparam-se para Conferência de Santo Domingo

A Igreja Católica da América Latina sairá da 4ª Conferência Episcopal Latino-Americana mais preocupada com sua tarefa evangelizadora e menos com "política". A opinião é do bispo Ramón Godínez, secretário-geral da Conferência Episcopal do México, que representa seu país na organização do evento.

A conferência começa no dia 12 de outubro (data dos 500 anos da chegada dos europeus à América), em Santo Domingo, República Dominicana. Vai reunir cerca de 600 bispos e é hoje o assunto mais discutido na Igreja Católica, pois definirá a linha que ela vai seguir no Continente nos próximos dez anos.

"Santo Domingo servirá para consolidar na igreja a importância da via espiritual e evangelizadora. A ideologização e a política perderão espaço", diz Godínez.

Nova evangelização - Na prática, previsões indicam que a confe-

rência deve deixar à margem conceitos como a "opção preferencial pelos pobres" e a Teologia da Libertação, pontos altos das discussões nos dois encontros anteriores — Medellín (Colômbia, 68) e Puebla (México, 78) —, para sacramentar no Continente a viga mestra da doutrina de João Paulo II: a *nova evangelização*.

Trata-se de um conjunto de medidas de marketing somadas à criação de um novo discurso católico. A meta é tentar atrair de volta à igreja o homem "moderno e urbano".

"A grande discussão do encontro será como evangelizar culturas tão diferentes como o homem urbano, o jovem e a mulher de hoje", diz o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Antonio Celso Queiroz.

A questão cultural - Para d. Antonio Celso, a Igreja não pode cometer com esses grupos o mesmo erro que cometeu com os índios da

América Latina. "A Igreja tentou destruir a cultura indígena e impor o modelo de cristianismo europeu", diz.

D. Antonio Celso revelou que no encontro preparatório para a conferência, foram levantados outros temas que serão debatidos em Santo Domingo: Comunidades Eclesiais de Base, crise econômica no Continente e Dívida Externa.

As Comunidades Eclesiais de Base brasileiras estarão reunidas no seu 8º Encontro Nacional nos dias 8 a 13 de setembro (Santa Maria/RS) debatendo o tema *Culturas Oprimidas e Evangelização na América Latina*. O encontro certamente levantará recomendações à conferência de Santo Domingo.

Os cerca de 50 bispos brasileiros que vão participar da conferência (a maior representação) serão eleitos na Assembléia da CNBB, que começa no dia 28 de abril em Itaici/SP. (*Folha de S. Paulo*, 16/3/92)

Papa conclama jovens brasileiros

O papa João Paulo II enviou uma mensagem especial aos jovens brasileiros, alvo da Campanha da Fraternidade 92 — *Juventude Caminho Aberto*.

O papa pediu a todos que "vivem nas cidades, no campo e que são de raças diferentes" que mantenham os valores cristãos. Citando o

Evangelho de Lucas, o papa conclamou os jovens a se "levantarem". Explicou ainda que a igreja fez a "opção preferencial pelos jovens" para que descubram a "grandeza da fé" através da Pastoral da Juventude, que assegura uma "adequada formação doutrinária e humana". (*Diário Popular*, março/92)

Pastoral do Menor condena ação policial repressiva

O coordenador da Pastoral do Menor em São Paulo, padre Júlio Lancelotti, disse que a Polícia Militar paulista está instituindo o DOI-Codi do menor com a ação de fichamento e recolhimento de crianças de rua.

O padre e representantes de 24 entidades de defesa do direito da criança reuniram-se para elaborar um documento contra essa ação da PM. A representação será encaminhada para o Ministério Público na tentativa de rever a atitude da polícia por ser, segundo eles, inconstitucional e ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente.

"Essa ação é arbitrária, intimidatória, vexatória e inconstitucional. Não respeita o direito à vida e à liberdade. É a volta ao DOI-Codi, só que agora para as crianças", disse o padre. O coordenador estadual do Movimento de Meninos e Meninas de Rua João de Deus, acredita que, por essa ação, qualquer criança mal vestida que estiver brincando na rua poderá ser recolhida. Essa distorção, segundo ele, mostra a inabilidade do governo estadual, que trata uma questão social como se fosse uma causa policial. (*Diário Popular*, 7/3/92)

Jornal argentino acusa cardeal

O ex-cardeal primaz da Argentina, Raul Primatesta, foi acusado pelo jornal *Página 12*, de Buenos Aires, de ter encaminhado nomes e endereços de alunos dos colégios religiosos da província de Córdoba ao Departamento de Informações Policiais, logo após a instauração do regime militar no País, em 1976.

Centenas desses nomes figuraram depois nas listas dos desaparecidos na repressão aos movimentos pró-democracia. (*O Globo*, 11/3/92)

Aristide recebe prêmio

O padre Jean-Bertrand Aristide, presidente deposto do Haiti, recebeu o prêmio Arcebispo Oscar Romero de Justiça Social, do Centro de Direitos Humanos e Lei Constitucional, em Los Angeles, Estados Unidos. Aristide foi deposto por um golpe militar no dia 29 de setembro de 1991 e atualmente vive no exílio na Venezuela. (*Folha de S. Paulo*, 14/3/92)

As igrejas e a ECO-92

A discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento não é nova. Na Conferência de Estocolmo (1972) os países reuniram-se para discutir a sobrevivência do Planeta. A Comissão Brandtland (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) trabalhou de 1984 a 1987 e recomendou que o objetivo a ser alcançado por países chamados em desenvolvimento, e também pelos já industrializados, fosse o *desenvolvimento sustentável*. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92 - que acontecerá no Rio de Janeiro no próximo mês de junho, reafirma este tema.

Há entretanto, desconfianças de que, apesar do discurso, não haja vontade política para fazer um desenvolvimento menos predatório, nem intenção de diminuir a poluição do meio ambiente. Isto é devido, por exemplo, à posição dos Estados Unidos da América, prontos para discutir na Conferência da ONU o desenvolvimento sustentá-

vel porém, sem querer tocar no problema da poluição ambiental.

O Encontro Ecumênico, parte dos eventos paralelos à ECO-92, soma-se às vozes que dizem que o tema proposto precisa ser, no mínimo, aprofundado. Desenvolvimento sustentável é a discussão sobre os recursos naturais, sobre as sobras e o lixo com o objetivo de manter o modelo de desenvolvimento econômico atual.

Por uma vida digna - Quando as igrejas e entidades ecumênicas optam por fazer da Baixada Fluminense o local do Encontro Ecumênico, elas estão apontando claramente para uma comunidade humana que vive o resultado do modelo econômico vigente no drama da miséria, da fome, da violência. Some-se a isto tudo a poluição do ar, dos rios, do mar. Uma combinação macabra de devastação do ecossistema aliada à degradação da vida humana - doença e morte.

A nova ordem mundial que trouxe o fim da Guerra Fria e o

surgimento de novos blocos de agentes econômicos não alterou o quadro da história da América Latina. A transferência de recursos dos países pobres para os ricos, a divisão internacional do trabalho são, a bem da verdade, continuidade dos 500 anos de exploração e dominação.

A paz não é simplesmente a ausência de guerra; certamente algo importantíssimo. Paz, porém, é muito mais do que isto; é um estado de justiça, de bem, de possibilidade de vida e de redenção da natureza e da vida humana. Isto tudo sinalizado, na acolhida comunitária e fraterna, na riqueza de amor e organização das Dioceses de Nova Iguaçu e Duque de Caxias especialmente, e das Igrejas Evangélicas ecumênicas da Baixada Fluminense que recebem este encontro ecumênico e internacional. (*Reynaldo Leão, coordenador do Comitê Preparatório do Encontro Ecumênico ECO-92, 23/3/92*).

Igreja Presbiteriana Independente reunirá universitários

"O universitário e a luta pela vida" é o tema do III Encontro Nacional de Juventude Universitária (Lençóis Paulista/SP, 16 a 19/4/92), promovido pela Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

O objetivo do encontro é "proporcionar ao pré-universitário, universitário ou pós-universitário a possibilidade de discutir sua atuação como estudantes tanto na igreja como na universidade ou na sociedade de um modo geral".

Os participantes trabalharão os seguintes subtemas: *Meios de comunicação: sua influência na rea-*

lidade; O universitário e a degradação dos direitos humanos; 500 anos da América: colonização ou evangelização?; Os ministérios universitários na conscientização do Reino de Deus; Sexualidade: conceitos e preconceitos; O universitário e a dicotomia entre política e religião; Universitário: transformador ou continuador da realidade?

■ Informações pelos telefones: (011) 258-1422/705-2402. (CEDI, 20/3/92)

Protestantes discutem Europa

A evangelização após a derrocada do comunismo. Este é o principal tema da assembleia dos protestantes europeus (Budapeste/Hungria, 24 a 30 de março). O encontro reunirá 200 representantes dos cerca de 50 milhões de protestantes europeus.

O texto preparatório do encontro rejeita a idéia de um retorno à Europa cristã e estabelece que a construção do futuro deve partir da idéia de uma Europa pluralista. Um dos trechos afirma: "A presença de judeus, muçulmanos e não-crentes em geral, afasta a idéia de uma Europa exclusivamente cristã". (*O Globo, 12/3/92*)

Curso de Verão: possibilidade de formação para leigos

O Curso de Verão promovido pelo Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e à Educação Popular (Cesep) nasceu da crescente necessidade dos cristãos comprometidos em trabalhos de diversas confissões como também de movimentos populares partilharem sua experiência, refletirem e aprofundarem seu compromisso de fé.

Esse espaço, criado especificamente para os leigos, oferece o estudo da Bíblia, Teologia, Igreja e Sociedade e a partilha e avaliação da prática dos cristãos.

O trabalho começou em São Paulo há cinco anos com cerca de 400 participantes. Hoje já existem cursos deste tipo também em Goiânia, Porto Alegre e João Pessoa com um total de 2.000 participantes.

O próximo curso será oferecido em São Paulo, de 18 a 30 de janeiro de 1993, com o estudo do *Evangelho de João, a Criação, Ecologia como ética social*.

■ Informações e inscrições no Cesep: R. Prof. Sebastião Soares de Faria, 57/6º andar, 01317, São Paulo/SP. Tel. (011) 284-6299. (CEDI, 20/3/92)

Massacre dos Ticuna após quatro anos, ainda impune

No dia 28 deste mês fará quatro anos que ocorreu o massacre de 14 índios Ticuna, no igarapé Cacete, município de Benjamin Constant, Amazonas - atacados, segundo denúncia dos índios, por jagunços a mando do madeireiro Oscar Castelo Branco, que estão impunes até hoje.

O julgamento dos responsáveis pelo massacre Ticuna ainda não foi realizado. Isto porque, quando o processo estava pronto para o julgamento na comarca de Benjamin Constant, o promotor de Justiça daquela Comarca interpôs um pedido de desaforamento, ou seja, um requerimento de transferência daquele julgamento para o fórum da cidade de Manaus. Essa providência somente poderia ser requerida naquela oportunidade, sendo absolutamente necessária já que em Benjamin Constant e nas demais cidades da região do Alto Solimões não há isenção para a realização do julgamento, haja vista as constantes disputas entre os Ticuna e os não-índios pela posse da terra na região.

Apesar da apresentação do pedido, o juiz de Direito de Benjamin Constant, que em inúmeras oportunidades já se manifestou contrário ao desaforamento, definiu o dia 25

de novembro de 1991 como data para a realização do julgamento do caso naquela cidade. Isto fez com que o promotor de Justiça tomasse novas providências, impetrando um mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça do estado do Amazonas, pedindo que fosse suspensa a realização daquele julgamento, até que fosse decidido o pedido de desaforamento. O relator do mandado de segurança, desembargador Paulo Feitosa, concedeu medida liminar para que o julgamento não fosse realizado naquele dia 25 de novembro, reconhecendo que até aquela data não haveria tempo suficiente para julgar o pedido de desaforamento.

O pedido de desaforamento, dirigido ao presidente do Tribunal de Justiça do estado do Amazonas (instância responsável pela sua apreciação), foi entregue inicialmente ao juiz de Direito de Benja-

min Constant. Isto porque, este necessita ouvir a defesa dos acusados e, em seguida, manifestar, por escrito, sua opinião a respeito da medida solicitada. Só então é que os autos do pedido serão remetidos ao Tribunal de Justiça para decisão. Como o advogado dos acusados está, há muitos meses, ausente da cidade, o juiz de Benjamin Constant mandou intimar os acusados para que constituam novo defensor. Após terem todos os acusados constituído novo defensor, estes serão intimados para então se manifestarem sobre o pedido de desaforamento.

Se o Tribunal acolher o pedido de desaforamento, o processo será remetido ao Tribunal do Juri de Manaus, cujo juiz presidente designará data para a realização do julgamento. (*Núcleo de Direitos Indígenas*, 17/3/93)

Escreva às autoridades pedindo o desaforamento do processo

Como se vê, faz-se ainda necessário solicitar às autoridades brasileiras empenho no sentido de que a tramitação desse caso seja agilizada, garantindo-se sobretudo o desaforamento do processo e, portanto, um julgamento imparcial. Quaisquer iniciativas que tenham este objetivo, ou ainda, que visem informar a opinião pública mundial acerca dos Ticuna, serão bem-vindas.

Agradecidos pela sua atenção e interesse, relacionamos abaixo algumas das autoridades a quem sugerimos sejam enviadas solicitações acerca do desaforamento do processo.

- Exmo Sr.
Presidente da República Federativa do Brasil
Fernando Collor de Mello
Palácio do Planalto
70150 - Brasília - DF
Fax: (61) 226-7566
- Exmo Sr.
Ministro da Justiça

Jarbas Passarinho
Ministério da Justiça, 4º andar
70064 - Brasília - DF
Fax: (61) 224-4357

- Exmo Sr.
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Desembargador Gaspar Catunda de Sousa
Rua 10 de julho, nº 883
69007 - Manaus - AM
- Exmo Sr.
Desembargador Paulo Feitosa
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Rua 10 de Julho, nº 883
69007 - Manaus - AM
- Exmo Sr.
Juiz de Direito da Comarca de Benjamin Constant
Dr. Luis Henrique Brás
Fórum da Comarca de Benjamin Constant
69630 - Benjamin Constant - AM

Proposta de terra Potiguara enviada ao ministro

No dia 19 de março foi publicado no Diário Oficial despacho do presidente da Funai, Sidney Possuelo, encaminhando a Área Indígena Jacaré de São Domingos, dos índios Potiguara ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Localizada no município de Rio Tinto na Paraíba, nela vivem 400 índios Potiguara, que há anos resistem ao avanço de usineiros de cana que têm usado todo tipo de pressão e violência para que os índios cedam seu território tradicional.

■ Com essa área, são 20 as propostas de terras indígenas acumuladas no Ministério da Justiça, à espera de assinatura de portaria pelo ministro que as declare de posse indígena, para aí então serem demarcadas administrativamente pela Funai. Desde o dia 21 de dezembro do ano passado, Jarbas Passarinho não aprova nenhuma área encaminhada pela Funai. Somadas, essas áreas perfazem uma superfície aproximada de 3.016.922 ha. (CEDI, 20/3/92)

Garimpo invade novas áreas Kaiapó

A invasão de garimpeiros nas áreas indígenas de Baú e Menkragnoti, no sul do Pará, está provocando sérios conflitos. Caso a Funai e o Ministério da Justiça não tomem medidas urgentes e enérgicas, no sentido de retirar os garimpeiros da área, a situação ficará incontrolável, conforme denunciou em Brasília o administrador do Parque Indígena do Xingu, Megaron Txucarramãe.

Só na área do Baú há cerca de 800 garimpeiros em busca de ouro, e seis pistas de pouso funcionando regularmente.

Megaron visitou recentemente as aldeias Baú, Pukanu e Kubenkokre, constatando que a ação dos garimpeiros naquela região tem sido tão danosa quanto à verificada em outras áreas Kaiapó, como a dos Gorotire e Kikretum, por exemplo. Na comunidade Baú, os garimpeiros estão construindo casas de tábuas cobertas com telhas de amian-

to para os índios. "Enquanto algumas lideranças resistem, muitos índios acham que os garimpeiros estão pagando muito bem com as casas e um pouco de ouro pela invasão de novas terras", disse Megaron.

No seu relatório de viagem entregue ao presidente da Funai, Sidney Possuelo, Megaron explicou que na área de Kubenkokre, a situação é tensa desde a morte de um dos garimpeiros (Márcio) que disputava um barranco. Outros exploradores estão chegando para controlar a área e envolvendo os índios nesta disputa. O garimpeiro conhecido apenas por Rani, segundo informou Megaron, fez a pista de pouso da aldeia Kubenkokre e mantém balsas no rio Iriri, pouco abaixo da aldeia Pukanu.

Megaron disse que o fato mais preocupante é manutenção de guerreiros das diversas aldeias nos garimpos. "Os pesquisadores de cada garimpo e os próprios garimpeiros

terminam convencendo alguns índios - que pouco entendem o português - a ficarem do seu lado e isso pode provocar conflito entre os próprios índios", acentuou o diretor do Parque do Xingu que no dia 8 de março foi discutir com as lideranças de Pukanu soluções para aquele povo. Em Pukanu, Rani conseguiu permissão das lideranças para abrir outro garimpo e pista de pouso nas proximidades.

Megaron diz que tanto a nascente do Baú quanto os rios Iriri e Curuá estão sendo comprometidos pela atividade garimpeira. No Baú, os garimpos de Pista Nova, Pista Velha e Novo Horizonte utilizam dois mecanismos: com dragas e com máquinas de triturar pedras. Na Pista Nova, segundo foi informado Megaron, cerca de 150 pessoas trabalham nos barrancos, há cinco aviões e quatro guerreiros que funcionam como fiscais do garimpo. (*Correio Braziliense*, 9/3/92)

Os Kaiapó e o garimpo

As recentes denúncias de Megaron sobre a presença de garimpeiros nas áreas indígenas Baú e Mekranotire (Kubenkokre) no Pará, vêm reafirmar as análises que indicam estarem dentro das áreas indígenas e das unidades de conservação as últimas reservas de ouro de aluvião existentes na Amazônia. Dentro desta projeção, já se previa que a pressão das "empresas garimpeiras" se voltaria nesta década com força total para essas áreas, obedecendo a "lógica" incontrolável e irracional do modelo de exploração dos recursos minerais predominante hoje na Amazônia. Em relação aos índios, além dos Yanomami, existem pelo menos uma dezena de casos recentes que vem confirmar esta tendência.

No caso dos Kaiapó, existem antecedentes que fizeram com que alguns grupos da área indígena Kayapó-PA (Gorotire, Kikretum) convivessem com o garimpo desde 1983, após a demarcação de seu território. Desde então, estes Kayapó desenvolv-

ram um modelo de gerenciamento de exploração de seus recursos naturais que lhes assegura uma renda permanente, com a qual mantém uma estrutura de transporte, comunicação, assistência e acesso a bens de consumo, o que lhes garante uma autonomia em relação à precária assistência do governo. O impacto disto sobre os demais grupos Kaiapó foi grande, uma permanente discussão interna vem gerando cisões entre facções, que em alguns momentos aparecem polarizadas nas notícias sobre as divergências entre os líderes Raoni e Tuto Pombo.

Internamente, questões como melhor assistência, mobilidade, autonomia de gerenciamento e comunicação, são fortes argumentos para justificar uma aliança dos Kaiapó com os garimpeiros e madeireiros. Por outro lado, o posicionamento da Funai ao longo dos últimos anos favoreceu de forma decisiva esta aliança, através da qual conseguiu se isentar das obrigações

assistenciais, assumindo a posição de "assessora" de gerenciamento dos recursos obtidos com a exploração. Nunca houve nenhum esforço da parte da Funai no sentido de pelo menos combater o modelo de exploração que estava sendo imposto aos Kaiapó pelos garimpeiros e madeireiros.

A notícia de que novas áreas Kaiapó estão permitindo a presença de garimpeiros é consequência dos acontecimentos anteriormente descritos. Apesar do esforço de algumas lideranças no sentido de fazer com que seus parentes não se deixem seduzir pelo apelo de "enriquecimento" rápido e fácil prometido pelos garimpeiros e madeireiros, a violenta pressão destes sobre os índios e a total ausência de uma interlocução que possa construir alternativas de auto-sustentação para os Kaiapó, faz com que o saque dos recursos minerais e florestais da Amazônia se consuma também dentro dos territórios indígenas. (André Villas Bôas/CEDI, 23/3/92)

Metalúrgicos da CUT

Reajuste salarial: proposta da Fiesp não agrada

Antecipação salarial em março de 55% para até três salários mínimos aplicada sobre os vencimentos de dezembro e 40% para quem ganha mais de três mínimos (também sobre dezembro). Esta é a contraproposta de reajuste diferenciado em março, de acordo com a faixa salarial, apresentada pelo Grupo 19 da Fiesp aos 650 mil metalúrgicos do ABC e interior que estão em campanha salarial e estão representados, nas negociações, pela Federa-

ção dos Metalúrgicos da CUT, Federação Estadual dos Metalúrgicos de SP e pela Força Sindical.

"É um reajuste inaceitável, representa migalhas. Esperamos nova proposta", afirmou o presidente da Federação da CUT, Carlos Grana. Entre 70 a 80% dos 400 mil metalúrgicos da base cutista têm recebido antecipações mensais que somam índices superiores àquele oferecido pelos patrões. A CUT rei-

vindica reposição integral das perdas acumuladas de abril de 90 até agora, estimadas em 224% segundo o Dieese. Pleiteia ainda a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, estabilidade até abril de 93, reposição mensal da inflação e ainda a discussão da reposição dos 84,32% referentes à inflação de março de 90, expurgados pelo plano Collor 1. (*Diário Popular*, 20/3/93, *Gazeta Mercantil*, 18 e 20/3/92)

Indústria automobilística: São Bernardo quer seriedade

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, vai à Brasília para uma audiência com o ministro da Economia, Marcílio Moreira, para apresentar a proposta dos trabalhadores em relação à indústria automobilística. Posteriormente, o sindicalista irá participar de um seminário sobre o setor que terá presença de representantes dos trabalhadores, das montadoras, dos revendedores e dos governos, federal e estaduais (SP e Minas), promovido pela Câmara Setorial da indústria automobilística. Vicentinho deixou claro suas reservas para com o evento e declarou: "Iremos participar do seminário com dúvidas sobre a seriedade dos empresários e do governo. Se verificarmos que não são discussões sérias, vamos denunciar à sociedade".

O sindicalista afirmou ainda ter mantido contatos com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e com a Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos (Fenabrevé), para confirmar um acordo anterior sobre redução de impostos com o propósito de baixar o preço dos car-

ros. Porém, Vicentinho afirma que os empresários estão negando qualquer acordo com o governo.

Propostas - As propostas do sindicato são de mudanças no mix de produção, redução de impostos (condicionada à redução dos preços dos carros), elevação dos níveis de produção aos de 80, aumento salarial para os trabalhadores das montadoras nos patamares de 82 - os maiores da década passada, incentivos fiscais às exportações submetidas à distribuição de lucros aos trabalhadores, aumento da produção de carros populares e impostos diferenciados para carros luxuosos. Tais sugestões fazem parte de um documento em fase final de elaboração, com diagnósticos e cenários para a superação da crise no setor, intitulado "Reestruturação do complexo automotivo brasileiro: as propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial". Quanto à derrubada de barreiras para as importações, o estudo amarra o processo ao desempenho da indústria nacional: "mais rápida a redução das alíquotas, quanto maior o crescimento da produção e emprego". (*Jornal da Tarde*, 14/3/92, *Diário Popular*, 23/3/92)

Mudanças na organização sindical

Criação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, filiação da nova entidade à Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (Fitim), ligada à Ciosl - Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres - e mobilização de uma campanha salarial unificada da categoria para o segundo semestre com uma possível greve geral nacional dos metalúrgicos. Estas foram as principais resoluções do II Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT, realizado entre os dias 20 e 22 no ginásio do Pacaembu, SP.

Com a filiação da nova Confederação à Fitim, acredita-se que haverá um estreitamento nas relações com o sindicalismo internacional.

A nova Confederação desafia a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), filiada à Força Sindical. Além da disputa pela representação dos metalúrgicos, está em jogo o imposto sindical, que é repassado pelos sindicatos cutistas à Força.

Hoje, 5% do imposto dos 83 sindicatos cutistas é destinado à CNTM. Com a nova Confederação, o dinheiro ficará com a CUT. (*Diário Popular*, 23/3/92)

Trabalhadores resistem às demissões

O programa de demissões voluntárias na Autolatina, holding que controla a Ford e a Volkswagen, foi encerrado no dia 13 nas unidades Anchieta (Volks), em São Bernardo, e Ipiranga (Ford), na capital paulista. Na unidade Taboão (Ford), São Bernardo, o programa deverá terminar em 10 próximo.

Até seu encerramento, apenas 114 adesões foram registradas. Isso representa apenas 11% da meta de 1.035 cortes estabelecida pela holding para a VW.

"Ninguém está trocando posto de trabalho por nada", disse um membro da Comissão de Fábrica da

Autolatina. O programa oferece indenizações adicionais conforme o tempo de serviço e extensão de assistência médica. A empresa, que está com estoques altos e trabalha com ritmo lento, ainda não se manifestou sobre o fim do programa. (*Gazeta Mercantil*, 13/3/92)

Caravana de trabalhadoras vai à Brasília

Nos dias 11 e 12 de março, uma caravana de cerca de 700 trabalhadoras, representando 18 estados, do Norte ao Sul do país, esteve em Brasília (DF) para apresentar aos ministros e ao Congresso Nacional uma pauta de reivindicações das mulheres do campo e da cidade.

Lideradas pela CUT (Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural e Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora), Movimentos Autônomos de Mulheres de Cinco Estados do Sul, Movimento dos Sem Terra, as trabalhadoras realizaram audiências com os ministros do Trabalho e Previdência Social, Saúde, Agricultura, Justiça, assessoria do ministro

da Educação, reivindicando o direito à aposentadoria, implementação do plano integral de saúde da mulher, fim das esterilizações de mulheres, reforma agrária, fim da violência contra mulheres, da escravidão e violentação de meninas no Norte do país e creches. Apenas o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, se recusou a receber a delegação.

Houve, ainda, audiência com a Comissão de Educação da Câmara Federal, onde tramita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que irá regulamentar o direito constitucional à creche e pré-escola para crianças.

Junto às lideranças partidárias e à presidência da Câmara e do Senado, as trabalhadoras reivindicaram o compromisso do legisla-

tivo com a derrubada do veto do presidente Collor ao salário maternidade para as produtoras rurais, no âmbito da Lei de Benefício e Custeio da Previdência Social. Uma comissão de mulheres permaneceu em Brasília para seguir pressionando os parlamentares e aguardar a votação do veto, já que em 18 último não houve quórum para sua votação.

Conseguir a derrubada do veto presidencial é, neste momento, o principal objetivo das trabalhadoras. A caravana, composta em sua maioria de trabalhadoras rurais, foi a principal ação política das mulheres trabalhadoras dentro das atividades que marcaram o Oito de Março, o dia internacional da mulher. (Maria Berenice Delgado/CEDI, 23/3/92)

Medeiros quer exorcizar seu passado

Culpado ou não, Magri parece um cachorro morto. Mas há quem queira sepultar logo este "totó", que também é um ser humano, para evitar que o mal cheiro se alastre, confundindo-se com o ambiente. Tal é o caso do ex-companheiro sindical do ex-ministro, Luiz Antonio Medeiros, presidente da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

A central de Medeiros admite que, caso as suspeitas se confirmem, Magri deverá ser objeto de um julgamento ético e expulso do movimento sindical, leia-se, expurgado do sindicalismo de resultados.

Telhado de vidro - A Força Sindical nega veementemente que o ex-ministro tenha participado dos convênios firmados por ela com o governo federal. Em maio de 91, Medeiros assinou um convênio de Cr\$ 500 milhões com o então ministro da Educação, Carlos Chiarelli, para um programa de alfabetização de adultos. Na mesma data, o presidente da Força conseguiu Cr\$ 457 milhões do então ministro da Saúde, Alcení Guerra, para o ambulatório de seu sindicato. No mês seguinte, obteve mais Cr\$ 500 milhões de empréstimo da Caixa Econômica Federal para obras no mesmo sindicato.

Ao mesmo tempo, o espólio do ex-ministro não é feito só de lama,

mas de sindicatos. O secretário geral da Central Geral dos Trabalhadores, Ricardo Baldino, confirmou para *O Globo* (12/3/92), que está tudo pronto para a fusão de sua entidade com a Força Sindical. Ambos sonham com os 2.300 sindicatos resultantes do acordo, superando os 1.600 da CUT.

O detalhe, irrelevante para a Força, é que Baldino é discípulo dileto de Magri, tendo sido um dos responsáveis por sua eleição para presidente da CGT em 89, que desdobrou numa tremenda briga entre os delegados. Na ocasião, Baldino foi um fiel leão de chácara. Além disto na *IstoÉ Senhor* de 11 de março, Baldino aparece como "o homem de confiança de Magri" que armou a baderna no comício do então candidato Collor de Mello à presidência, fato pelo qual o PT de Lula foi acusado.

Importa, enfim, desvincular apenas a figura de Magri da "moderna imagem" do sindicalismo de resultados, sem ser preciso romper com o sindicalismo que ele ajudou a formar. Do contrário, o passado de Magri, agora revelado pela imprensa, como um dirigente que desmobilizou greves, negociou acordos a portas fechadas, que conseguiu demissões de adversários e obteve promoções para si próprio, poderá revelar muitas semelhanças e

laços com a prática sindical de Medeiros.

A revista *Veja* (25/3) traz uma reportagem onde Ricardo Staub, dono da Gradiente, e o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, negociaram o registro frio de um operário que "prometia ir longe no sindicalismo", o próprio Medeiros. Esquentar a carteira de sindicalistas é uma prática comum para se fugir às listas negras patronais, que impedem a contratação de ativistas marcados como "subversivos". No presente caso, é significativo notar uma grande empresa a patrocinar a decolagem de um sindicalista. Talvez porque, como conta Joaquinão, "Em troca do acordo, Staub ganhou nossa simpatia", com bons resultados para as partes. *Veja*, porém, vai mais adiante e levanta dúvidas sobre o destino de Cr\$ 104 milhões que o então governador de São Paulo, Orestes Quércia, entregou a Medeiros para um curso de formação sindical. A transação apresenta um episódio qualificado pela revista como "fraude pura e simples", sendo talvez usado para mascarar transferência de dinheiro do governo paulista para o sindicato de Medeiros. Haja resultado! (CEDI, 23/3/92)

Curso forma gerentes de Ciacs

O primeiro curso para a formação de diretores-gerentes dos Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs) começou, em 9 de março, com a participação de 22 alunos do Distrito Federal e Rio de Janeiro. As aulas vão até 21 de março, num total de 248 horas teóricas e 260 horas práticas, com estágios no próprio Ciac de Paranoá e Sesi (Serviço Social da Indústria) de Taguatinga.

O curso que está acontecendo em Brasília, bem como os que serão realizados ao longo dos próximos três anos, é patrocinado por um convênio entre o Ministério da Educação, Coordenação do Projeto Minha Gente, Sesi/Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Indus-

trial), Federação das Indústrias e conta com a colaboração do governo do Distrito Federal.

O Ministério da Educação pretende treinar, até 1995, quando será concluído o trabalho de construção dos Ciacs, cerca de 4 mil diretores. Só na primeira parte do curso, o governo investiu Cr\$ 12 milhões na compra de material. O Sesi e o Senai são os responsáveis pelo ensino técnico.

Para participar dos treinamentos, os interessados precisam ter curso superior, experiência em administração educacional, ter sido aprovados em concurso público e indicados pela Secretaria de Educação local. (*Correio Braziliense/DF, Jornal do Commercio/RJ, 10/3/92*)

Movimento Pró-Educação quer apoio de empresas

A Câmara Americana de Comércio realizou em São Paulo, em 12 de março, o 2º *Workshop sobre Educação*, que reuniu o secretário da Educação, Fernando Moraes, membros do Movimento Pró-Educação e do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial (Apeoesp), entre outros. O Movimento Pró-Educação, além de discutir melhorias no ensino público, pediu o apoio da iniciativa privada na distribuição de boletins informativos da entidade. De acordo com a presidente do movimento, Elisa Toneo, algumas empresas se interessaram pela proposta e se decidiram a colaborar. "Nosso objetivo é que

esses boletins não sejam distribuídos apenas nas escolas estaduais, mas também para os funcionários das empresas", afirmou Elisa.

O Movimento Pró-Educação já lançou dois boletins informativos, feitos com doações de empresas. A primeira tiragem foi financiada pela Câmara Americana de Comércio e pela General Motors. A terceira edição terá um milhão de exemplares, contra 200 mil da primeira. "Estamos muito otimistas, mas ainda temos de lutar muito pela melhoria do ensino público", concluiu Elisa. (*Eulina Oliveira/Diário do Grande ABC/Santo André/SP, 15/3/92*)

Cedo tira crianças da rua

Em torno da paróquia N. S. Aqueropita, na Bela Vista (Centro de São Paulo), não há mais crianças na rua. O Centro Educacional Dom Orione (*Cedo*) acolhe cerca de 250 menores de sete a 14 anos e lhes oferece aulas de reforço e atividades especiais, como educação física, aulas de pintura e trabalhos manuais, datilografia e preparação profissional, além de boa alimentação.

Pelo *Cedo* passam diariamente umas 500 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos. O centro oferece cursos de alfabetização e profissionalizantes para adultos.

Há também um serviço de apoio aos moradores de cortiços, cerca de quatro mil só na parte central do bairro. O objetivo é criar uma equipe jurídica que ajude os encortiçados a se constituírem em entidade e, assim, conseguir ajuda financeira para a aquisição coletiva dos imóveis, eliminando a figura do aterrorizador.

Uma das preocupações da paróquia é conjugar o trabalho pastoral com o social. A coordenadora do Centro Educacional, Míriam Maia, conta que as crianças vêm de situações difíceis, especialmente dos cortiços, onde predomina a promiss-

Centro Educacional luta para afastar crianças do crime

Na Favela de Acari, um dos maiores centros do tráfico de drogas do Rio, uma guerra está sendo travada: de um lado, os traficantes aliciam crianças de 12 anos com Cr\$ 120 mil por semana para embalar *papelotes* de cocaína; de outro, a irmã Odete Lamy, da Paróquia Santos Mártires Ugandenses, para impedir que os adolescentes sejam seduzidos pela marginalidade. Irmã Odete ensina a um grupo de 376 menores a fabricação de vassouras, produção de sorvetes, corte e costura, datilografia e serigrafia - e transfere para eles o lucro da produção.

Por enquanto, os traficantes continuam vencendo. O centro Educacional Comunitário Senhor do Bonfim, criado pela freira há 12 anos, não consegue pagar mais do que meio salário mínimo por mês para cada criança e muitos estão abandonando o trabalho para aderir à vida fácil da marginalidade. Neste ano, foi inaugurada uma cooperativa, a Bonfim Coop, com presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro escolhidos entre os próprios adolescentes. "Se nossos produtos fossem bem comercializados, já teríamos uma garotada muito maior aqui dentro. Tem muito menino querendo entrar, mas, se eu deixo, acabo sendo obrigada a distribuir apenas Cr\$ 10 para cada um", diz irmã Odete. (*O Globo, 15/3/92*)

cuidade e a sujeira por causa da falta de espaço. Uma criança contou que, onde mora, há um banheiro para 19 pessoas.

A Bela Vista, segundo padre Toninho, também do *Cedo*, é "uma mistura de pizza com samba". De um lado, a influência da migração italiana e, de outro, a herança de filhos de escravos que criaram a escola de samba Vai-Vai, a cem metros da igreja. Nesse sentido, as obras da paróquia procuram valorizar os elementos fundamentais da vida do bairro: a cultura e a promoção da auto-estima da população negra. (*O São Paulo, 12/3/92*)

Baixo salário afasta professor de escola

Estudo concluído por Ângela Maria Rabelo Barreto, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, mostrou que os professores recebem em média US\$ 192 (Cr\$ 330 mil). Salário menor do que para funções que exigem escolaridade mais baixa, como a de auxiliar administrativo.

A situação é crítica, mesmo nos estados mais ricos do país. Em São Paulo, a professora de 1º grau Regina S., que dá 44 horas de aula semanais em Osasco, na Região Metropolitana, recebe pouco mais de Cr\$ 400 mil. Desquitada, com dois filhos, foi obrigada a mudar para um cortiço. O sindicato paulista dos professores (Apeoesp) reivindica, em março, mês de campanha salarial, reajuste de 258%.

Para o secretário da Educação de São Paulo, Fernando Morais, a melhoria salarial "não pode ser dissociada da arrecadação". "O governo reconhece que os salários são insatisfatórios, mas seria irresponsável apresentar projetos de melhoria de salário sem saber o que vai

acontecer com a economia", alega Morais. Além disso, o estado tem o maior número de professores do país, 210 mil. Dos US\$ 2,5 bilhões do orçamento da secretaria no ano passado, US\$ 2 bilhões foram gastos com salários.

No Rio, os professores estaduais e municipais escolheram como símbolo de sua campanha salarial uma banana. De acordo com os docentes, o salário recebido hoje por uma hora aula equivale ao valor de seis bananas. A situação, no entanto, é melhor em São Paulo e no Rio do que em estados como o Pará. Em Belém, todos os meses, nos dias seguintes ao pagamento dos salários, as mesas nas salas dos professores viram verdadeiros balcões de lojas. É cada vez maior o número de professoras que adotam esse expediente como forma de melhorar o orçamento familiar.

A professora Ana Maria Figueiredo viaja pelo menos uma vez a cada dois meses para o Paraguai. Ela recebe um salário de pouco

mais de Cr\$ 200 mil. No ano passado, aproveitou o que recebeu nas férias para realizar a primeira compra. Hoje já consegue ganhar com suas vendas quase o equivalente a seu salário.

Os baixos salários estão aumentando o desinteresse pelos cursos de licenciatura. A Universidade de São Paulo registra índices de evasão superiores a 50% nesses cursos. No Rio de Janeiro, a Universidade Santa Úrsula foi obrigada a cancelar a turma de pedagogia. A desvalorização da profissão não poupa nem mesmo os professores mais graduados. Em Porto Alegre, a professora Maria Julieta Wolff, pós-graduada em educação, recebe Cr\$ 254 mil por 40 horas de aula semanais. Ela se viu obrigada a tentar a sorte numa microempresa de criação gráfica. Dados do Centro de Professores do estado (Cepers) indicam que, de fevereiro a setembro de 1991, pelo menos 2,7 mil dos 106 mil professores mudaram de ramo. (*O Estado de S. Paulo*, 15/3/92)

Salários dos professores nos estados (janeiro/1992)

Estado	salário (em Cr\$)	carga horária (hora/aula)
Acre	167.249,27	40
Alagoas*	135.793,00	40
Amazonas*	120.900,00	20
Amapá*	130.227,58	20
Bahia*	112.441,00	20
Ceará*	120.838,33	20
Distrito Federal	166.983,92	20
Espírito Santo	194.306,46	25
Goiás	96.037,33	20
Maranhão	75.886,77	20
Minas Gerais	188.899,24	22
Mato Grosso do Sul	227.598,00	22
Mato Grosso	189.000,00	40
Pará	184.893,02	20
Paraíba**	95.880,00	20
Pernambuco	176.509,61	30
Piauí*	48.800,00	20
Paraná	189.761,13	20
Rio Grande do Norte	217.142,00	40
Rio de Janeiro*	110.767,22	16/20
Rondônia	188.000,00	20
Roraima	-	-
Rio Grande do Sul	185.963,15	20
Santa Catarina*	210.391,00	40
Sergipe	150.280,00	40
São Paulo	110.504,82	20
Tocantins	190.000,00	40

* Salários de dezembro 91; ** na Paraíba, o salário de 12/91 foi pago em 1/92
Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Municipais do Rio suspendem greve

Depois de 38 dias em greve, os professores do município do Rio resolveram, em 18/3/92, suspender a paralisação por 15 dias e voltar às salas de aula. Com a decisão, a rede municipal inicia finalmente o ano letivo de 92, o que deveria ter acontecido no dia 10 do mês passado.

Sem conseguir o reajuste salarial que reivindicavam, todos os 80 mil profissionais da educação, dos quais 50 mil são professores, estarão nas 997 escolas do município, onde mais de meio milhão de alunos estão matriculados este ano. "Salimos derrotados da negociação salarial, mas derrota não é vergonha. Vergonha é não lutar. Acho que conseguimos, pelo menos, denunciar a miséria da educação no município", disse a presidente do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Florinda Lombardi. Para ela, o fim da greve foi precipitado pelas ameaças de corte e bloqueio de pagamento.

A greve dos professores estaduais, iniciada em 9 de março, continua. Eles querem o mesmo que os municipais: pisos de Cr\$ 387 mil, para professor, e Cr\$ 208 mil, para pessoal de apoio. (*Jornal do Brasil*, 19/3/92)

Plebiscito na África do Sul reforça fim do "apartheid"

Os brancos sul-africanos decaram, no dia 17 de março, em plebiscito, um esmagador "sim" às reformas democratizantes do presidente Frederik De Klerk, que visam encerrar o regime de segregação racial no país.

Segundo os resultados oficiais, 68,7% dos 2.804.728 votantes (85,7% do eleitorado) apoiaram as reformas, superando todas as expectativas. O apoio foi esmagador em toda a África do Sul, exceto em Pietersburg, uma área agrícola ultraconservadora ao norte do país, onde o "não" obteve 57% dos votos. Em compensação, cidades como Durban e Cidade do Cabo, no sul, mais desenvolvido, o "sim" conseguiu quase 85% de aprovação.

O plebiscito coroou um processo lento e difícil de abertura política e reformas sociais que começou com a posse de De Klerk, em 1989. Pressionado pela crescente violência civil e isolado por sanções econômicas, diplomáticas, culturais e esportivas, impostas pela maioria das nações, o governo viu-se forçado a comandar o fim do regime de discriminação racial imposto pelos brancos desde o início do século.

Conversações iniciadas em dezembro reuniram os 19 principais grupos políticos do país, incluindo o governo e o Congresso Nacional Africano (CNA), já chegaram a um acordo de princípio para a formação, até o final do ano, de um governo de transição que incluía os negros.

Nelson Mandela, principal dirigente do CNA, manifestou modera-

do otimismo com os resultados, ressaltando, porém, que "o apartheid continua muito vivo". Segundo ele, o CNA não quer "um governo negro, mas da maioria, e que ele seja formado pelo partido com o maior número de votos".

Os partidários do "não", Partido Conservador e o neonazista Movimento de Resistência Africaner (AWB), rejeitaram o convite para unirem-se às negociações e defendem a criação de um Estado só para brancos.

A ampla vitória do "sim", não significa necessariamente uma transição pacífica. O país está há três anos em recessão. A década de 80, como na América Latina, foi uma década perdida. A média anual de crescimento econômico não pas-

sou de 2,1%, contra um crescimento populacional de 2,3%. A falta de investimento em habitação, saúde e educação, provocou a escassez de 1,2 milhões de moradias, 100 clínicas e hospitais e 15 mil salas de aula, sem falar num desemprego estimado em 40% da população negra.

É nesse quadro que os outdoors de campanha pelo "sim", espalhados pelos partidários de De Klerk, são simbólicos do que está em jogo na África. Diziam eles: "Vote 'não' e transforme a África do Sul em um Líbano". O próprio De Klerk alertava durante a campanha: "Vocês podem escolher entre o perigo e o desastre". Hoje o desastre parece evitado. Resta o perigo. (*O Estado de S. Paulo*, 19/3/92; *Jornal de Brasil*, 17/3/92; *CEDI*, 25/3/92)

Quem vota

3,28 milhões de brancos maiores de 18 anos

Quem não vota

28 milhões de negros
3,5 milhões de mestiços
1,2 milhão de asiáticos

A pergunta:

Você apóia a continuação do processo de reformas que o presidente Frederik De Klerk iniciou em 2 de fevereiro de 1990 e que tem como finalidade a criação de uma nova Constituição, através de negociação?

Quem apóia as reformas

O Partido Nacional de De Klerk
O Partido Liberal Democrata

A indústria e companhias de finanças e mineração

Quem é contra o referendo por julgá-lo de base racista, mas quer a continuidade das reformas

O Congresso Nacional Africano
O Congresso dos Sindicatos da África do Sul (maior organização de trabalhadores do país)

Quem não apóia as reformas

O Partido Conservador (extrema direita)
O Movimento de Resistência Africaner (grupo para-militar neonazista)
Partido Boerestaal (extrema direita africaner)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87

